

Anistia poderá excluir os médios proprietários

BRASÍLIA — Está próximo um acordo entre as Lideranças na Constituinte sobre a anistia da correção monetária dos empresários que se endividaram em consequência do Plano Cruzado. O caminho foi aberto por uma proposta que deixa o perdão dos médios proprietários rurais e dos pequenos urbanos para ser decidido pelo voto. Só as microempresas urbanas e os pequenos agricultores seriam anistiados por consenso.

A idéia é apresentar uma fusão de emendas que discrimine, em dispositivos específicos, cada caso de perdão. Assim, os pontos polêmicos não comprometeriam a votação do conjunto. Uma das fórmulas, do Deputado José Lins (PFL-CE), prevê um artigo genérico, com três parágrafos. No primeiro seriam anistiados os microempresários urbanos e os pequenos proprietários rurais. No segundo, o pequeno empresário urbano e no terceiro o médio proprietário ru-

ral.

O Líder do PFL, Deputado José Lourenço, quer destacar a anistia aos médios e pequenos proprietários rurais, para derrubá-la no plenário. Lourenço pretende introduzir o critério de seletividade: cada caso de anistia seria revisto individualmente, para evitar abusos.

— Não é justo perdoar as dívidas de quem lucrou muito com a soja, por exemplo, nem da senhora rica que abriu uma boutique e por isso é microempresária. Somente quem provar que realmente não tem como pagar pode ser beneficiado — disse.

Lourenço acha que, com a exclusão dos médios e a aplicação da seletividade, o custo total da anistia ficaria em torno de CZ\$ 100 bilhões, aceitável para o Governo.

Os autores da emenda de anistia — o Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e os Deputados Ziza Valadares (novo partido-MG) e Hum-

berto Souto (PFL-MG) — estão dispostos a conversar sobre a abrangência temporal da anistia. A proposta inicial incluía todos os débitos até 31 de dezembro de 1987, mas eles admitem recuar para 31 de julho. Outra alternativa é a fixação de um teto para os débitos, sugestão do Líder do PCB, Deputado Roberto Freire (PE), que propõe dez mil OTNs. Ele quer também que, no caso das propriedades rurais, o critério de pequeno ou médio seja definido pela área e não pelo volume de produção, para evitar que se beneficiem grandes latifúndios de baixa produtividade.

Os autores das emendas originais confiam num compromisso assumido pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de colocar a matéria em votação na quarta-feira, mesmo se não houver acordo. Neste caso apresentarão uma fusão e disputarão no voto.

Líderes fecham acordo para mais oito artigos

Telefoto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — Os Líderes partidários conseguiram ontem um acordo para mais oito artigos das Disposições Transitórias. Deixaram para continuar segunda-feira as negociações de temas polêmicos, como a anistia para micro e pequenos empresários e produtores rurais, repasse de encargos da União a Estados e Municípios, reforma administrativa e adequação dos benefícios da Previdência Social.

O que se pretende é a consecução de um amplo acordo que permita a votação em bloco dos 35 artigos que faltam ser apreciados, para que o primeiro turno termine na próxima quinta-feira.

Na reunião de ontem foi possível chegar a um acordo para a criação do Código Nacional do Consumidor, manutenção do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro na área federal e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), que continuará vinculado ao Ministério do Trabalho.

Os constituintes decidiram ainda manter o dispositivo que permite o confisco, pelo Estado, para o assentamento de colonos, de terras cultivadas com plantas das quais se extraem entorpecentes. A maioria dos Líderes concordou com a supressão



Líderes reunidos: temas mais polêmicos ficaram para segunda-feira

da proposta do Deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que isenta a música sacra do pagamento dos direitos autorais, mas o representante do Centrão nas negociações, Deputado José Lins (PFL-CE), pediu adiamento da decisão sobre a matéria para que pudesse consultar o Líder do PFL, Deputado José Lourenço (BA). Iensen tem interesse na aprovação da matéria, já que é proprietário de uma gravadora de músicas sacras.

Quando à criação dos novos Estados, os Líderes mantiveram a do

Estado de Tocantins. Para os demais Estados propostos, deverá ser criada uma Comissão de Revisão Territorial, que terá um prazo de 24 meses para fornecer ao Congresso um estudo sobre a redivisão do País.

A proposta do Deputado José Serra (Novo Partido-SP) para o repasse dos encargos para os Estados e Municípios, beneficiados pela redistribuição tributária expressa nas Disposições Permanentes, deverá sofrer alterações. Os Líderes consideraram o texto de Serra complexo.

Rischbieter critica os constituintes

CURITIBA — O ex-Ministro da Fazenda Carlos Rischbieter criticou ontem a Constituinte, ao receber o prêmio "Personalidade Financeira do Ano", que lhe foi entregue pelo Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, no encerramento do III Congresso Nacional dos Executivos Financeiros:

— Enquanto nós, empresários, representamos o Brasil moderno, os constituintes fazem parte do Brasil antigo. A nossa maior angústia é constatar que no campo da política o País está esfacelado e a nossa maior esperança é que surja um líder para comandar a nação, de fato.

Ele propôs que a nova Constituição fosse limitada a "uma espécie de dez mandamentos como regras básicas, e não esse calhamaço de pseudo-soluções desastrosas". Rischbieter assumirá nos próximos dias a Presidência da Volvo do Brasil.